

REFLEXÕES SOBRE A CASA DOS MORTOS EM TEMPOS DE PANDEMIA: AS PRISÕES BRASILEIRAS

REFLECTIONS ON THE HOUSE OF THE DEAD IN TIMES OF PANDEMIC: BRAZILIAN PRISONS

Vanessa Andrade de BARROS¹
Carolyne Reis BARROS²

Recebido em:12/05/2020
Aceito em:05/06/2020

RESUMO

O objetivo deste breve ensaio é refletir sobre os efeitos da pandemia de COVID-19 nas prisões brasileiras e suas repercussões no cotidiano das famílias das pessoas encarceradas. Descrevemos inicialmente as condições deletérias dessas prisões, dentre as quais a superlotação, a ausência de atendimento adequado à saúde, o ambiente insalubre e a falta de condições para o cuidado e higiene pessoal, o que acelera o contágio em uma instituição hermética, à mercê de decisões governamentais que sustentam tal condição degradada representando grande risco social. Neste contexto alertamos para a situação de extermínio da juventude presa e discutimos a decisão de suspender visitas de familiares e advogados(as) aos detentos e detentas sem propor formas alternativas de comunicação. Isso constitui um tratamento degradante e cruel tanto para a população prisional quanto para seus familiares, os quais padecem da falta de notícias e são impedidos de prover o essencial que o estado reiteradamente deixa faltar. Concluímos pela observação de que não há esperança para um país que permite a existência de tal situação.

Palavras-chave: Prisões. Presos. Familiares. Pandemia.

ABSTRACT

The aim of this brief essay is to reflect on the effects of the COVID-19 pandemic on brazilian prisons and their repercussions on the daily lives of the families of incarcerated people. We initially describe the deleterious conditions of these prisons, including overcrowding, the lack

¹ Doutora em Sociologia - Université de Paris VII e pós-doutorado no Conservatoire National des Arts et Métiers-Paris. Professora visitante na Universidade Federal da Paraíba, Programa de Pós graduação em Psicologia Social; Professora aposentada e voluntária na Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós graduação em Psicologia.

² Doutora em Psicologia - Universidade de São Paulo. Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais. Coordenadora do Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Cárcere e Direitos Humanos.

of adequate health care in the environment, the unhealthy environment and the lack of conditions for personal care and hygiene, which accelerates contagion in an airtight institution at the mercy of government decisions that underpin such a degraded condition representing great social risk. In this context we alert to the situation of extermination of the imprisoned youth and discuss the decision to suspend visits of family members and lawyers to detainees and inmates without proposing alternative forms of communication, which constitutes degrading and cruel treatment for both the prison population and their families who suffer from the lack of news and are prevented from providing the essential that the state repeatedly misses. We conclude by observing that there is no hope for a country that allows such a situation to exist.

Keywords: Prisons. Prisoners. Families. Pandemic.

Tratar dos impactos da pandemia de COVID-19 no confinamento real das prisões exige dar visibilidade ao que ocorre no interior desses estabelecimentos e repercute no cotidiano familiar de pessoas que cumprem pena privativa de liberdade. Somente assim poderemos reconhecer o extermínio de jovens negros(as) que se avizinha na sociedade brasileira, uma vez que são estes(as) jovens o público majoritariamente encarcerado nas casas dos mortos³, e, estaremos, quem sabe, mais susceptíveis a nos aproximar solidariamente dessas famílias que anseiam por notícias, por uma saída, outra que não a de os deixar morrer.

1 PRISÕES

O universo prisional brasileiro é bem amplo e seus problemas muito complexos, agravados pela histórica falta de políticas efetivas de atenção ao preso(a), ao egresso(a) do sistema prisional e a seus familiares. De fato, a situação carcerária no Brasil é um dos grandes e graves problemas que sempre padeceu do descaso dos governos federal e estaduais, sobretudo em um contexto de enorme e crescente número de presos provisórios, de violações a seus direitos civis e políticos e da seletividade penal que produz o perfil do presidiário brasileiro: jovens negros(as) e pobres, vulnerabilizados econômica, social e culturalmente.

As condições nas quais se encontram os(as) presos(as) não representam o que prevê a legalidade. Produtora de um sofrimento estéril (HULSMAN; DE CELIS, 1993), a prisão é composta, no seu cotidiano, por irregularidades e violações de toda ordem: superlotação, ausência de meios de remissão da pena e de assistência jurídica e social, existência de tortura e tratamentos degradantes e cruéis como práticas institucionais, falta de atendimento adequado à saúde da população encarcerada, carência de atenção às mulheres, às grávidas presas e a seus filhos(as), violência física e psicológica contra a população LGBTQI+⁴, inexistência de acessibilidade para pessoas com deficiência, escassez de políticas de atenção ao preso(a) idoso(a), precariedade no atendimento aos(as) presos(as) indígenas e estrangeiros(as) e ausência de tratamento adequado às pessoas em sofrimento mental grave. Tais violações são as mais visíveis, acentuadas para a condição de presos e presas provisórios(as), onde vigora a perpetuação do processo além do tempo necessário para assegurar os direitos fundamentais do(a) acusado(a).

Soma-se a esse cenário as condições degradantes de vida intramuros prisionais: precária alimentação, alta insalubridade, doenças crônicas como diabetes e hipertensão, forte incidência

³ Referência à obra de Fiódor Dostoiévski (1862), “Recordações da casa dos mortos”.

⁴ Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, queer, intersex e outras pessoas ligadas a esse movimento social (LGBTQI+).

de doenças de pele, epidemia de tuberculose, infecções sexualmente transmissíveis (IST) e hepatites, com elevado índice de contágio posto que sem tratamento adequado e sem medidas de prevenção.

Dentre os direitos estabelecidos pela Lei de Execuções Penais (LEP), está o direito à visita, previsto no Artigo 41 inciso X, assegurada ao cônjuge (casados ou em união estável) e aos parentes, em dias predeterminados. Trata-se, no entanto, de um direito frequentemente violado, com a justificativa de ordem e segurança e em situações ilegais de sanções coletivas.

A gravidade de tal violação amplia-se ao considerarmos que a prisão se constitui como um dos sistemas mais herméticos da sociedade, onde poucos são os que possuem efetivo acesso ao seu interior, o que transforma os familiares em um dos principais elos entre a população presa e o mundo livre. Isso porque, além do apoio emocional e material a seus presos(as), os familiares também contribuem para a fiscalização das condições de cumprimento da pena, trazendo informações sobre o que se passa no interior das unidades prisionais, haja visto a ausência e fragilidade dos mecanismos de controle, previstos na LEP, nesses estabelecimentos.

2 DIAS DE VISITA

O fluxo de pessoas, produtos e informações nos dias de visitas nas prisões caracteriza-se por longas filas de mulheres carregadas de sacolas. O número de homens é irrelevante, as filas são femininas (GODOI, 2015), comumente compostas por mães, esposas/companheiras, filhas e filhos, irmãs, pais e irmãos. Aguardam durante horas, muitas chegam na véspera, dormem no próprio local para marcar o lugar: quanto mais no início da fila, mais cedo entram e mais tempo ficam com seus parentes; sob sol e chuva aguardam o momento de poder abraçar seus amores. Sim, os(as) presos(as) são amores de alguém. Essa figura demonizada pela mídia e pela justiça criminal, essa figura catalizadora do mal que ameaça a sociedade são “os meninos e meninas” de dona Teresa, presidente do Grupo de Amigos e Familiares de Pessoas em Privação de Liberdade de Belo Horizonte. Para ela, “a gente fica triste o tempo todo porque eles estão presos, estão perdendo a vida deles. É essa a tristeza da gente, a de pensar que o cárcere está moendo os nossos filhos lá dentro” (2019, p.150).

Esse fluxo de visitantes varia em cada estado do país. Geralmente, aos finais de semana, as filas são para visitas e durante a semana são para entrega dos chamados pertences (kit, jumbo, cobal, sacolas, a denominação também varia em cada local); são bens necessários para a sobrevivência no cárcere, onde tudo falta: objetos de higiene pessoal, material de limpeza, chinelos, roupas, lençóis, toalhas, presto barba, cigarros, isqueiro. Nos dias de visitas os familiares podem levar pequenas porções de alimentos. Tudo é submetido aos inúmeros critérios voláteis que a administração prisional, em nome da ordem e da segurança, impõe a cada produto. As múltiplas regras institucionais de visitação e entrega de pertences apresentam-se muitas vezes como aleatórias: pouco divulgadas e confusas, podem mudar de acordo com os agentes de plantão, o que torna o processo de visitação ainda mais penoso. Cada item passa por severo controle: além de verificados em um aparelho de raios X, são inspecionados um a um por agentes penitenciários que os abrem, quebram, furam, derramam, misturam. Essa forma de manipular os produtos levados pelos familiares é fonte sistemática de desentendimentos e tensões, especialmente porque podem suspender a visita de maneira provisória ou permanente, além de destruir o que foi cuidadosamente preparado e dispendioso financeiramente.

Na prática, observa-se que os efeitos da prisão não se restringem aos encarcerados, mas reverberam na vida das famílias cuja rotina de visitas e entrega de pertences são organizadoras de seus cotidianos, aí incluída a vida laboral. Suas vivências são múltiplas e ultrapassam os procedimentos burocráticos da instituição penitenciária: humilhações, estigma, preconceito,

vergonha e medo, além de sobrecarga financeira. Mas, segundo as mulheres nas filas diante dos estabelecimentos prisionais, elas não podem abandonar seus parentes presos e esperam o dia em que ele(a)s estarão livres.

3 COVID-19 E SUAS REPERCUSSÕES PENITENCIÁRIAS – À GUIA DE CONCLUSÃO

Nesse quadro prisional degradado, a pandemia de COVID-19 traz graves impactos, tanto para a população encarcerada quanto para seus familiares e para os trabalhadores das prisões e suas famílias, que são igualmente sujeitas à contaminação. As pessoas presas configuram um enorme grupo ameaçado pelo contágio do COVID-19. A população prisional brasileira está em torno de 800 mil presos, dos quais aproximadamente 40 mil são mulheres e 29,75% (222.558) sequer foram julgados, são os provisórios - (INFOPEN, 2019). São pessoas cuja saúde está comprometida pela permanência nesses espaços insalubres e superlotados, em ambientes sem circulação de ar e sem condições mínimas para o cuidado e higiene pessoal, o que torna inviável o distanciamento social e acentua o contágio. As medidas de isolamento, traduzidas no cárcere pela proibição de visitas familiares e de advogados, sem a apresentação de alternativas, significa a incomunicabilidade dos(as) presos(as), procedimento ilegal e que se constitui como prática de tratamentos degradantes e cruéis. A insistência dos juízes em manter confinadas essas pessoas, apesar da nota de recomendação do CNJ 62/2020, de 17 de março de 2020, que estabelece a adoção de medidas preventivas de propagação do COVID-19 no âmbito do sistema de justiça penal e socioeducativo, trará consequências dramáticas para a sociedade. Será o genocídio da população prisional, mas afinal quem se importa? Quem se importa com a dor das famílias, sem notícias de seus amores (sim, os(as) presos(as) são amores de alguém). Quem se importa com a angústia das mães, dos filhos, das filhas, das(os) companheiras(os), sabendo que sem suas visitas a indigência é total dentro das prisões: receberão produtos de higiene pessoal? Continuarão amontoados em celas úmidas, sem ventilação, sem água nem para beber? Sofrerão agressões físicas? Estarão se alimentando? E se adoecerem, receberão tratamento adequado? E a saudade, o que fazer? Não há conforto. E não há esperança para um país indiferente à essa realidade.

Escrevemos este pequeno ensaio orientadas pelo pensamento de Chantraine (2004), segundo o qual “a prisão é e será sempre um lugar de custódia e de castigo e assim deverá ser analisada” (p. 64).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Levantamento nacional de informações penitenciárias (Infopen), 2019. Brasília:** Departamento Penitenciário Nacional, 2019. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/infopen>. Acesso em: 11 mai. 2020.

CHANTRAINE, G. Les temps des prisons. Inertie, Réformes et reproduction d’un dispositif institutionnel. In Artières, P. ; Lascoumes, P. **Gouverner, enfermer la prison, un modèle indepassable?** Paris: Presses de Sciences Po., 2004, p. 57-82.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Recomendação nº 62, de 17 de março de 2020.** Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/03/62-Recomenda%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2020.

DOSTOIÉVSKI, F. **Recordações da casa dos mortos**. Tradução Nicolau Peticov. São Paulo: Nova Alexandria, 2010.

GODOI, R. **Fluxos em Cadeia**: as prisões de São Paulo na virada dos tempos. Orientadora Vera da Silva Telles. 2015. 246f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-05082015-161338/publico/2015_RafaelGodoi_VOrig.pdf. Acesso em: 11 mai. 2020.

HULSMAN, L; DE CELIS, J. B. **Penas perdidas**: O sistema penal em questão. Tradução de Maria Lúcia Karam. 1 ed. Rio de Janeiro, RJ: Luam, 1993.

SANTOS, M. T. **Relatos do Cárcere: pequeno dicionário de afetos do cotidiano prisional**. Belo horizonte, MG: Editora Instituto DH, 2019.